



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

**Reflexões sobre administração pública e planejamento regional: uma análise teórica através
de Wilson Cano**

Allan Barbosa Moreira, Luana Patrineri Tabosa

[ARTIGO] GT 14 Estudos teóricos, históricos e comparados em Adm. Pública

Reflexões sobre administração pública e planejamento regional: uma análise teórica através de Wilson Cano

Resumo:

Este artigo busca construir uma análise sobre a formação econômica do Brasil, buscando identificar os elementos que caracterizam a formação das metrópoles brasileiras. Para tanto, orienta-se dentro dessa premissa a proposta de fazer uma mobilização da literatura de Wilson Cano e demais autores que foram responsáveis por construir uma análise do planejamento urbano e regional brasileiro em perspectiva histórica. Podemos concluir que Wilson Cano direciona um modelo de análise histórico-estrutural que responde os desequilíbrios metropolitanos do presente.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Metropolização. Cidades. Produção.

Introdução:

Este texto busca resgatar a literatura de Wilson Cano enquanto pensador do processo de desenvolvimento urbano e regional do Brasil, e um dos fundadores da escola de economia da Universidade de Campinas (UNICAMP), para compreender as realidades das metrópoles brasileiras a partir de uma síntese. Busca-se, portanto, responder a seguinte pergunta: quais elementos Wilson Cano utilizou para compreender o processo de metropolização¹ posto entre 1980 a 2003? E para responder a esta pergunta é importante rememorar parte da configuração do desenvolvimento brasileiro (visto a partir de problemas fundiários, de distribuição de renda e migrações).

Redesenhar os elementos parte da configuração do planejamento regional significaria apontar para suas dinâmicas capitalista de expansão, a exemplo das transformações políticas e econômicas com forte impacto no aspecto social e ambiental das cidades e formação das metrópoles. Em vista disso é necessário dentro da proposta *wilsoniana* histórico-estrutural primeiro navegar na vanguarda da história econômica brasileira pois é só a partir disso que iremos compreender os resultados do processo de industrialização e urbanização e formação das metrópoles em seu estado atual.

¹ A metropolização do espaço se constitui num processo socioespacial que transforma profundamente o território. A bem da verdade, não se trata de uma simples transformação, mas de uma verdadeira metamorfose, pois implica profundas alterações, quer de formas, bem como de estrutura e natureza. Daí, melhor o uso da expressão metamorfose do que o uso da palavra transformação. Em suma, a metropolização do espaço se constitui num processo socioespacial que metamorfoseia o território (LENCIONI, 2017, p. 41).

Seguindo pelo raciocínio histórico-estrutural que caracteriza a metodologia de Wilson Cano, identifica-se para a construção de suas obras a temporalidade referenciada de sua época. Isso é importante pois irá sumarizar a dinâmica de desenvolvimento regional (1850-1929) até chegarmos ao momento das dinâmicas de metropolização, no final do século XX e todas as dinâmicas de urbanização postas no limiar do século XXI. Por isso a leitura de suas obras considerando seus marcos temporais do passado são de fundamental importância para entender o contexto do presente e perspectivas para o futuro.

E não se trata de exercício de futurologia, mas sim de respeitar uma das principais características do autor. Pois ao passo que ele traz sua crítica sobre as etapas do processo de desenvolvimento, também aponta para os resultados deste processo e propõe possibilidades para o futuro. Logo, sobre propostas para um equilibrado desenvolvimento regional podemos antecipar que: um plano de desenvolvimento regional, integralizando eixos de desenvolvimento intra-regional sem, contudo, causar dependência de regiões em detrimento de outras, cabe com isso compreender como se estabelece seu raciocínio.

Isso posto, podemos assumir o compromisso de utilizar a literatura de Wilson Cano enquanto composição teórica deste texto. Tudo isso para responder a nossa pergunta de pesquisa e identificar os elementos utilizados para compreender o processo de metropolização posto nos últimos anos (entre 1980 a 2003). E preliminarmente podemos apontar a “origem de concentração industrial em São Paulo” e como isso impactou nas dinâmicas regionais de desenvolvimento; a “Crise de 1929” enquanto combustível de um processo de industrialização; e as diferentes fases da industrialização, a saber: “da urbanização suportável (1940-1950) até a urbanização explosiva (1951-1979) e as bases da urbanização caótica e o neoliberalismo (1980-2003).

Este é um contexto macro se se pretende traçar uma linha cronológica para sustentar a base histórica ensinada por Wilson Cano. Se se pretende trazer uma analogia dos seus textos para os problemas urbanos do século XXI notabiliza-se as contradições da urbanização caótica entre 2004 e 2014 utilizadas em muitos dos seus escritos. Trata-se apenas de um breve recorte pontual das etapas e processos de desenvolvimento apresentadas por Wilson Cano a qual iremos utilizar para compreender as dinâmicas de metropolização e quais elementos participam desta construção.

Este texto irá ser organizado da seguinte forma: no primeiro momento iremos apresentar um olhar de Wilson Cano sobre desequilíbrios regionais e como isso aponta para um processo desigual de desenvolvimento metropolitano; e em seguida iremos explorar a etapa de urbanização e metropolização nacional, buscando entender quais elementos participam deste processo na visão de Wilson Cano. No terceiro e último momento iremos observar Cano e contraposições de outros autores e por fim, as considerações finais.

1. Um olhar de Wilson Cano sobre os desequilíbrios regionais

O tempo é um dos principais elementos para uma política de desenvolvimento por Wilson Cano, aqui sobre a égide do método histórico-estrutural. É a partir da temporalidade que Cano irá traçar uma linha cronológica de suas reflexões acerca de um processo de crescimento desequilibrado que não soube conciliar planejamento e desenvolvimento. Notabiliza-se a isso três linhas temporais: o processo de urbanização “suportável” entre 1940 e 1950; transitando para a urbanização “descontrolada” e expansiva na década de 1960; e chegando em um estado de desenvolvimento “caótico” no plano das cidades pauperizado pela urbanização intensiva e extensiva (CANO, 1998b; SANTOS et al, 2021).

Somado a isso em resumo temos enquanto resultado de um processo de desenvolvimento “a urbanização suportável à urbanização explosiva” entre 1970 e 1980; as bases da “urbanização caótica e neoliberalismo”, entre 1980 e 2002; as “contradições da urbanização caótica”, entre 2003 e 2014; e pôr fim a “urbanização deplorável e agravamento da crise, no período pós-2015. E é exatamente sobre o limiar de uma urbanização caótica e contradições neoliberais que iremos discutir as questões relativas aos desequilíbrios regionais que influenciaram na montagem das metrópoles brasileiras, como já dito visto a partir de problemas fundiários, de distribuição de renda, pobreza e migrações (CANO, 2001; SANTOS et al, 2021).

Observa-se no censo de 1960 do IBGE uma explícita movimentação campo-cidade da população em direção aos grandes eixos econômicos. Naquele momento tínhamos 45,5% de população urbana diante de um momento de transição econômica “suportável” partindo do princípio da interpelação centro-periferia, posta com problemas de escalas reduzidas. Contudo a urbanização foi rápida e intensa a partir de São Paulo, considerando uma forte movimentação migratória do resto do país para os principais

eixos econômicos, como: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (CANO, 1998a; CANO, 2011b).

Destaca-se sobre a dinâmica de mobilidade intra-regional que se formava que o grande “calcanhar de Aquiles” do contraditório processo de desenvolvimento posto em prática era a de aliar planejamento urbano e regional e desenvolvimento econômico-industrial. Criavam-se estradas e avenidas, avanço do setor imobiliário e urbanização de pequenas e médias cidades e formação de complexos industriais, principalmente em municípios de interior em busca de matéria-prima para os grandes empreendimentos, sem, contudo, construir projeto para o equilibrado desenvolvimento regional do país.

A falta de uma política de planejamento regional foi solapada por um intenso processo de industrialização e extenso processo de urbanização gerando uma série de efeitos complexos no âmbito da administração pública de pequenos e médios municípios.

Esse efeito estimulou o aumento da especulação imobiliária, encareceu sobremodo os custos da infraestrutura urbana e piorou a qualidade de vida urbana. Além disso, o elevado encarecimento da moradia e a omissão e corrupção política dos órgãos públicos amplificou também a ocupação de espaços impróprios para assentamentos humanos, como morros, encostas, alagadiços e outros. Por outro lado, conurbação, aglomeração e metropolização superdimensionaram vários problemas de ordem municipal e de solução local, multiplicando seus tamanhos e custos, tornando-os, assim, problemas regionais, estaduais ou mesmo federais. (SANTOS et al, 2021, p. 270)

Repare que existe dois processos adjacentes e complementares entre si: um se constitui através de uma dinâmica macro de industrialização e formação de núcleos econômicos que caracterizam cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, outra é a dinâmica micro de urbanização de pequenos e médios municípios e a formação de complexos industriais. Este fenômeno já foi percebido por Clementino (2021, p. 743) que ao estudar a economia regional e a produção do urbano pelas lentes de Wilson Cano é identificado que,

No Brasil, temos dois processos aparentemente contraditórios: a multiplicação de cidades e a concentração da população total e urbana em metrópoles (foi mantida em 32,2 % no Censo de 2010 em relação a 2000). O grau de urbanização da população brasileira no ano 2000 que

era de 81,2% com uma população total de 174,8 milhões de pessoas passa para 195,7 milhões em 2010, elevando a taxa de urbanização para 84,5% (conforme Censos do IBGE). Acelerando a redução absoluta e relativa do fluxo rural-urbano iniciado nos anos 60 e 70.

Este recorte marca a etapa de metropolização, tal qual o surgimento do debate sobre as bases da urbanização caótica e o neoliberalismo como parte deste processo. Vejamos: como dito fazem parte deste processo os problemas fundiários, de distribuição de renda, pobreza e migrações, contudo as transformações industriais trazem outras problemáticas para a questão dos “desequilíbrios regionais e concentração industrial do Brasil” tomando emprestado o título de uma das obras *wilsonianas*. Estamos nos referindo a duas questões centrais pelo autor.

A começar pela modernização de setores da indústria, a qual a demanda por infraestrutura urbana cresce na mesma proporção da demanda de novas tecnologias. Cano nos diz que “haverá uma reconcentração espacial produtiva em detrimento da periferia nacional” isso por conta e circunstância do processo de expansão do urbano. Porém não é uma expansão regional norte/sul leste/oeste, pelo contrário. É uma expansão circunvizinhada ao núcleo metropolitano que se formava, e aqui é um problema importante a nível de discussão sobre desequilíbrio regional (CANO, 1998, p. 310).

Somado a isso, outro ponto a se orientar é em relação ao papel do Estado a nível de planejamento regional. E neste sentido, Cano irá nos apontar que existe um “debilitamento proposital do Estado nacional”, isso significa que as instancias econômicas de poder atuam de forma a sabotar a governança municipal. Aqui estamos próximos das questões sobre a instalação de grandes empreendimentos em municípios de interior, a *glocalização* destes projetos acaba que por suprimir e onerar a máquina pública (CANO, 1998, p. 310).

Tais determinações sintetizam como e de que forma os desequilíbrios regionais e concentração industrial do país ficam estabelecidos. Logo, tanto o desenvolvimento industrial, quanto o “debilitamento do Estado” acaba que por corroborar para o surgimento de regiões metropolitanas sem planejamento, inclusive a nível de política fundiária. Por isso Wilson Cano aponta em seus estudos a militância crítica e teórica pela construção de um plano de desenvolvimento que seja nacional e não apenas regional, onde ao passo que integraliza regiões, equilibraria o desenvolvimento nacional.

Sobre a falta de políticas de aliança do planejamento vs desenvolvimento não podemos seguir este texto, sem antes falar do quanto Cano se dedicou na construção de um projeto regional e urbano do Brasil no contexto de falta de competência associativa entre planejar e desenvolver no âmbito da governança federal. E aqui damos um salto nos capítulos dos “Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil” para trazer alguns recortes, quando ele aponta para a dependência econômica:

A busca ideológica por um ‘estado mínimo’ respaldou também as novas políticas de descentralização, que tentaram transferir atribuições e recursos do poder central aos poderes locais, enfraquecendo ainda mais econômica e politicamente o Estado nacional.

O Sistema Financeiro Internacional, para poder aplicar parte de seu enorme excedente financeiro que cresceu muito desde a década de 50, ressuscitou o liberalismo, preconizando políticas neoliberais que, resumidamente, contemplam: ajustes macroeconômicos, desregulamentação para os fluxos internacionais de capital, ruptura dos monopólios públicos, privatização, abertura comercial e ‘flexibilização’ das relações de trabalho. (CANO, 1998, p. 307)

Esta citação nos faz evocar dentro de um contexto de desigual e combinada economia brasileira questões do tipo: da gestação de um novo sistema econômico, a qual advém de uma dinâmica industrial e urbana posto na segunda metade do século XX. Porém, assim como Cano, vamos por partes: nas “raízes” da concentração industrial de São Paulo, Cano irá apontar para o capital cafeeiro como propulsor da expansão do capital industrial, consubstanciado pela intensificação do fluxo migratório para São Paulo – isso está escrito mais especificamente nos mecanismos do crescimento industrial em seu capítulo dois (CANO, 1998a).

Dito isso, conseguimos avançar para um contexto cafeeiro de acumulação de capital, pelo alto nível de renda da população e capital de excedentes do café, possibilitando com isso a expansão do setor da indústria. Isso pós-1930, a qual se condiciona um contexto de “desequilíbrios regionais e concentração industrial do Brasil” entre 1930 a 1970. E aqui o surgimento de uma economia industrial diversificada, divididas por Cano sobre dois entendimentos: a industrialização restringida, entre 1930 a 1955, caracterizado pelo processo de integração do mercado nacional e constituição da

periferia nacional onde o capital industrial de São Paulo exercerá uma dominância sobre o mercado nacional (CANO, 1998b).

E por fim a industrialização pesada, entre 1955 a 1970 que consiste primeiro na efetivação de um tipo de sistema econômico de exportação, segundo no fortalecimento da indústria pesada e aqui se inclui petróleo e gás, siderúrgica, automobilística e todo aparato necessário para a fortalecimento das dinâmicas das cidades e consolidação das metrópoles. Essa última tida como símbolo de um processo, a qual a indústria se propõe como óleo lubrificante das engrenagens de desenvolvimento econômico posto em prática.

A concretização da industrialização sem um plano de desenvolvimento traz problemas para a sociedade, como: problemas fundiários, de distribuição de renda, de pobreza e de migrações. Somado a isso, temos uma complexa crise política-institucional que impacta diretamente no “debilitamento do Estado” como vimos. Este debilitamento, somado a desconcentração econômica e regional e a grande crise dos anos 80, funciona de maneira muito direta com a instalação do sistema neoliberal vigente até os dias atuais.

A saber “urbanização caótica e neoliberalismo”, entre 1980 e 2002; as “contradições da urbanização caótica”, entre 2003 e 2014; e pôr fim a “urbanização deplorável e agravamento da crise, no período pós-2015 que iremos explorar no próximo capítulo. Portanto, de maneira geral este capítulo buscou de apresentar “um olhar de Wilson Cano sobre os desequilíbrios regionais” do Brasil, buscando apontar marcos históricos como *proxy* das dinâmicas neoliberais vigentes.

2. Etapa de urbanização e metropolização nacional

Para construirmos um plano de discussão sobre urbanização e metropolização nacional utilizaremos os “ensaios sobre a crise urbana do Brasil” lançado em 2011 por Wilson Cano, sem se limitar apenas à obra. Neste ensaio ele começa a pensar o urbano a nível global e marcos históricos, como a segunda grande guerra para entender a etapas que se sucederam a este período. Ali o autor começa a questionar as revoluções industriais postas e como chegamos até aqui.

Como dito por Firkowski e Moura em Santos (2021) são três as principais obras que expressam a busca da explicação da estrutura e da dinâmica econômica periodizada e que aponta para os resultados deste processo, a saber o fenômeno urbano:

- Raízes da Concentração Industrial em São Paulo (CANO, 1981): cuja atenção se volta à gênese do processo de concentração industrial e, portanto, analisa o período compreendido entre 1850 e 1929;
- Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930-1970 (CANO, 1985): que parte do período anteriormente definido como o de concentração e avança na interpretação dos desequilíbrios regionais;
- Desconcentração Produtiva Regional do Brasil – 1970-2005 (CANO, 2007): que completa o ciclo analítico, chegando até o período mais recente da realidade brasileira.

Um recorte que nos marca e sintetiza bem como Wilson Cano apontava para a urbanização a nível macro é a de que

Podemos dizer resumidamente que a urbanização da maior parte dos países avançados foi um processo que percorreu um longo caminho histórico, e muito menos abrupto que o verificado no mundo subdesenvolvido. A ausência daqueles desequilíbrios – a heterogeneidade estrutural – possibilitou um desenvolvimento urbano com melhor equidade, melhor distribuição de rendas e de salários, não gerando, portanto, os problemas que permeiam a urbanização no mundo subdesenvolvido. (CANO, 2011a)

Ali Cano estava preocupado em trabalhar uma síntese de sua analogia sobre o processo de urbanização dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, Japão e Alemanha. Para o continente americano, este avanço deu-se pela criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), com políticas de desenvolvimento econômico internacional, colocando os países sul-americanos na agenda de gasto do excedente de capital, tida primeiro em uma colônia de exportação de produtos agrícolas, mais tarde formação de uma economia primário-exportadora e por fim o crescimento de cidades.

Assim, o pensamento da Cepal imaginou uma série de reformas políticas e econômicas, entre as quais a reforma agrária, o problema da marginalidade social, a necessidade do avanço da industrialização, a modernização do setor urbano e as reformulações no sentido e na estrutura do comércio internacional. (CANO, 2011a)

É a partir do entendimento do desenvolvimento (leia-se desequilíbrios) regionais que Cano irá começar a destrinchar como se deu o processo de urbanização no Brasil. Para ele dois fatores contribuíram para uma peculiar urbanização nacional: sua dimensão continental e a diversidade de sua formação regional, ambos os pontos apontam para uma economia regional complexa (CANO, 2011a).

Adicionalmente Cano irá apontar para uma “heterogeneidade estrutural, em termos de intra e intersetorial, de nosso excedente demográfico” isso significa uma heterogeneidade regional urbana, considerando diferentes ritmos e estruturas econômicas (CANO, 2011a). Mais: as dinâmicas histórico-estruturais, diga-se tanto com relação as raízes coloniais, quanto pelas distintas formas de reprodução industrial irá gerar sociedades cultural e economicamente diversas, portanto segundo Cano (2011a) um “diversificado tecido urbano”.

Cano começa a observar a dinâmica urbana em uma perspectiva dual estruturalista, onde o moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado (OLIVERA, 2003). E aqui sem juízo de valor, estamos nos referindo aos escritos da “crítica à razão dualista” de Francisco de Oliveira (2003), que também vê o fim do ciclo pós-1930 de transição agrário-exportadora para urbano-industrial, como um marco de transição para um modelo econômico capitalista. Aliás, os diálogos de Cano com os escritos de Oliveira não são incomuns, muito pelo contrário.

Esse debate entre críticos do pensamento urbano e regional brasileiro, em síntese irá indicar que enquanto Oliveira apontara que houve uma estagnação econômica durante o processo de desenvolvimento regional, Cano irá apontar que não houve estagnação, a começar por São Paulo que se tornou responsável por um extenso processo de industrialização e urbanização do país. Os principais embates entre os autores, estão contidos nos “desequilíbrios” de Cano, em seu capítulo cinco que trata sobre a “integração do mercado e constituição da periferia nacional” (CANO, 1998b).

Ali Cano demonstra através da releitura de clássicos como “formação econômica do Brasil” de Furtado (1961) e “elegia para uma re(li)gião” de Oliveira (1977) que não houve “estagnação” econômica que incidisse em um desenvolvimento urbano deficitário. Ao contrário Cano nos orientava que este avanço econômico industrial e urbano nacional só foi possível graças a “estagnação” do café que subsidiou o avanço do setor industrial, a chave para Cano aqui era a integração do mercado interno.

E talvez o ponto de inflexão entre Cano e Chico esteja no “aumento das disparidades regionais como sinal e momento da integração nacional”, vejamos:

No momento, pois, em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu *locus* na ‘região’ Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das ‘regiões’. Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente das outras ‘regiões’ para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreias inter-regionais (...) (é uma das) formas do movimento de concentração; a exportação de capitais das ‘regiões’ em estagnação é uma forma do movimento de centralização (...) em verdade, rigorosamente, não se está em presença de nenhuma estagnação das ‘economias regionais’ (...). (OLIVEIRA apud CANO, 1998b, p. 188)

E ali Cano demonstra que o “aumento das disparidades regionais é a manifestação de diferenciais de crescimento regional e, em parte, fruto da integração do mercado regional” apontando sobre a “estagnação” regional uma convergência frente aos recortes de Chico (CANO, 1998b). A dinâmica de integração do mercado nacional irá caracterizar um período urbano de herança social e de seu atraso rural com a moderna industrialização realizada à custa das políticas de incentivos fiscais e põe em xeque a grave heterogeneidade estrutural das cidades (CANO, 2011a).

Tomado para si um direcionamento histórico de como se gestou o problema urbano nacional, direcionaremos nossos esforços em tentar entender os problemas do presente. Para tanto Cano nos apresenta um direcionamento de gestão e planejamento, quando oferece uma síntese do problema de um novo planejamento urbano, partindo de São Paulo, afinal, ali concentrava-se 70% da economia nacional. Logo, começa um pensamento micro a nível de pequenos e médios municípios e sua carga infraestrutural, como habitação, saneamento, acesso à educação e saúde, transportes coletivos, dentre outros.

Outros apontamentos surgem a nível de gestão como a dificuldade de se construir políticas públicas complementares e sem o “exame de suas sequelas” (CANO, 2011a). E um terceiro elemento, diz respeito a necessidade de articulação com outras políticas públicas e níveis de gestão. *En passant*, as questões eminentemente urbanas, a descentralização e integralização de políticas públicas, resumem as principais discussões

da problemática do planejamento urbano e regional do Brasil. Isso porque a aglomeração/metropolização urbana superdimensionaram diversos problemas de ordem municipal, tornando assim problemas regionais, estaduais e federais.

Ainda em uma tentativa de resumir como o problema com o planejamento urbano do país, Cano irá nos dizer que: 1. É necessária uma interação entre políticas de desenvolvimento urbano e políticas públicas; 2. Orientação entre questões tecnológicas e ocupacionais, implicando necessariamente em políticas de emprego; 3. Finanças públicas e instrumentos coercitivos com que o Estado deveria contar para gestar uma política urbana; 4. Por fim, a dinâmica de juízo institucional, afetada pela metropolização (transportes intermunicipais, cidades dormitórios, abastecimento de água, dentre outros). Tudo isso dito por Cano para abrir um campo de discussão sobre a construção de um plano de gestão que seja nacional.

Porém no que diz respeito ao processo de metropolização após os anos de 1980 por meio da reprodução do ‘padrão metropolitano’ em direção ao interior (SANTOS et al, 2021). Ali o autor verificava a metropolização através de dois vieses: em termos de ‘metrópole’ grande São Paulo ou através de sua expansão para o interior. Em outro recorte Firkowski e Moura em Santos (2021) explica que a metropolização de Cano considera alguns elementos específicos, tais como

a conurbação, ou seja, a junção das áreas urbanas de diferentes municípios, e o sentido de “espraiamento” dessa condição para o “interior”, em especial o interior próximo, situado nas imediações de Campinas; a existência em São Paulo, “capital”, de atividades econômicas diversas e em sintonia com o mundo globalizado, sintetizado no termo “cosmopolita”; o papel da modernização agrícola e da diversificação da indústria no “interior” e, finalmente, a concentração populacional.

Nesse sentido Cano irá amarrar a dinâmica de metropolização da seguinte forma: num primeiro momento a urbanização acelera a conurbação, interligando o interior aos grandes centros; em seguida essa conurbação urbana tem sua densidade aumentada iniciando sua metropolização; no interior essa dinâmica vem com determinado atraso, com sentido extensivo. Portanto em Cano, metropolização, conturbação e transformação de cidades médias em grandes são características do atual processo urbano (CANO, 1988).

Aqui abriga-se outros elementos de cunho essencialmente neoliberal que irá caracterizar as dinâmicas de metropolização. Esse formato repercute em novos padrões culturais, valores, hábitos e formas de vida, diretamente relacionado com a metropolização, a reestruturação e a globalização enquanto processo indissociáveis e diretamente relacionados as novas formas metropolitanas emergentes do tipo cidade, centro-periferia e seus antagonismos (SANTOS et al, 2021). E ainda, o avanço deste padrão neoliberal, revelaria que as políticas públicas tenderiam a políticas paliativas.

E aqui novamente voltamos a máxima de Wilson Cano:

Não que sejam inúteis. Pelo contrário! Mas não se pode substituir uma política nacional de desenvolvimento por nenhum conjunto dessas políticas sociais. É como tentar atingir apenas os efeitos de uma doença sem atingir-lhe a causa. É disso que se trata. (CANO apud Firkowski e Moura, 2021).

E assim terminamos mais uma síntese do pensamento *wilsoniano* aqui pela ideia de urbanização e metropolização nacional. A qual trilhamos o percurso da urbanização pós revolução de 30, buscando entender a dinâmica econômica aplicada e a partir disso como podemos compreender a metropolização vivenciada nos anos de 1970. A resposta que Cano nos dá é a mesma do primeiro capítulo deste artigo, onde discutimos os desequilíbrios regionais do Brasil. Cabe agora em um próximo instante ensaiar uma síntese das contraposições aos apontamentos de Wilson Cano através de outros autores.

3. Cano e contraposições de outros autores

Cano e contraposições de outros autores é um título bastante sugestivo para a construção de uma síntese das ideias articuladas por teóricos sobre o planejamento urbano e regional brasileiro utilizadas pelo autor. Contudo, os textos de Cano acabam que por trazer releituras teóricas que nos ajudam decifrar suas análises dos estudos do passado. Estudos do passado significa tomar referência autores que trouxeram, assim como Cano, fortes críticas do “imperialismo paulista” e do “atraso nordestino” e a divisão inter-regional do trabalho.

A perplexidade e a angústia de muitos diante da miséria e do desemprego periféricos e o pequeno número de pesquisas mais profundas que pudessem desnudar um pouco mais a questão facilitaram

a proliferação de esdrúxulas teses, como a de que havia estagnação econômica periférica; a de que há um ‘imperialismo paulista sanguessuga’ que transfere recursos da periferia para o polo, responsável em última instância pelo atraso periférico; a de que a solução para os males do restante do país é a imediata implementação de uma política de descentralização industrial; e, até mesmo, surgiram mais recentemente aficionados da ‘solução’ pela separação política da periferia, em relação à Nação. (CANO, 1998b)

A citação anterior parece um tanto quanto grande, porém é a partir dela que começamos a identificar a ácida crítica de Wilson Cano a teóricos do passado, a exemplo de Celso Furtado (1961) e Francisco de Oliveira (1977). Logo, tanto a “formação econômica do Brasil” quanto “elegia para uma re(li)gião” respectivamente, a qual ambos a seu modo, trazem uma análise do planejamento urbano e regional do país, fazem parte de um conjunto de teóricos que embasaram a construção dos textos *wilsonianos* visto até aqui.

E aqui abrimos uma outra porta de análise dos estudos sobre o planejamento urbano e regional, a relação de desenvolvimento de São Paulo e da região Nordeste do país. Autores como Francisco de Oliveira irá apontar que o desenvolvimento de São Paulo é inversamente proporcional ao desenvolvimento do Nordeste, e aqui faz-se jus a citação de Chico na íntegra:

O desenvolvimento industrial da ‘região’ de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao ‘arquipélago’ de economias regionais até então existentes. (OLIVEIRA, 1977, p. 64)

Enquanto isso Wilson Cano irá nos mostrar que o desenvolvimento de São Paulo não necessariamente impede o desenvolvimento do Nordeste. A qual este desenvolvimento pode estar diretamente integrado com outras regiões a partir de uma política nacional de desenvolvimento. No texto de Chico, ele propõe um desenvolvimento nordestino a partir do avanço do setor industrial, onde o capital busca se adentrar, já nos textos de Cano encontraremos análises da economia cafeeira de São Paulo e como isso influencia a economia nacional como um todo. Duas interpretações sobre o desequilibrado desenvolvimento regional do país.

Sobre uma terceira via de análise e ainda sobre o desequilibrado desenvolvimento regional posto, chama a atenção o caráter itinerante da agricultura no processo de formação dos diferentes espaços socioeconômicos do país. E aqui estamos nos referindo aos escritos de Furtado (1961), como uma das principais referências metodológica do estruturalismo cepalino para Wilson Cano. Talvez algo que sintetize a tríade teórica desta análise seja uma visão materialista e dialética posta:

cuja essência está em que “[...] o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas distintas partes” (FURTADO, 1961, p. 14), assim como as partes requerem uma imagem mínima do todo, o qual “[...] se forma antes do conhecimento analítico das partes” (ibidem, p. 15).

Se se considerar Furtado e Chico como proposições teóricas de base para Wilson Cano, precisamos dizer que Cano chega à conclusão de que a expansão industrial e agrícola regionais negam a estagnação de quaisquer regiões, e, ao contrário, mostram que cresceram a ritmo satisfatório (CANO, 1998b). E aqui identifica-se mais uma amostra de como Cano enxergava a logística do desenvolvimento regional posto durante a etapa de avanço do setor industrial e surgimento do urbano brasileiro.

Este tópico serviu-nos para demonstrar que Wilson Cano não estava sozinho em suas interpretações do desenvolvimento regional e urbano brasileiro. O autor traz toda uma bagagem teórica para fazer entendido um processo econômico posto, partindo de uma releitura do passado para entender o presente. Para tanto seu método histórico-estrutural serviu-nos para compreender como a dinâmica urbana e metropolitana aponta para as desigualdades de nossa época.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo geral compreender como Wilson Cano trabalha as dinâmicas regionais e da administração pública atreladas. Orienta-se dentro dessa premissa a proposta de fazer uma mobilização da literatura de Wilson Cano e demais autores que foram responsáveis por construir uma análise do planejamento urbano e regional brasileiro em perspectiva histórica.

A nível de caracterizações metodológicas, este trabalho busca responder a seguinte questão: quais elementos Wilson Cano utilizou para compreender o processo de metropolização posto entre 1980 a 2003? E para responder a essa pergunta, foi

desenvolvido uma análise da literatura *wilsoniana*, através de um levantamento bibliográfico. Foram selecionados textos que abordem a temática do Planejamento Urbano e Regional em perspectiva histórico-estrutural para compreender o presente, isto é, entre os anos de 1980 a 2003, sem obviamente desconsiderar seu contexto como um todo.

Deste modo, é importante destacar que esta pesquisa buscou ser um meio para reflexões futuras. Quero dizer que, em nenhum momento, esta pesquisa buscou apresentar resultados definitivamente acabados de pesquisa, muito pelo contrário. Nossa premissa básica foi a de construir reflexões sobre as dinâmicas e problemáticas contemporâneas, buscando entender o planejamento regional e administrativo sobre o seio da metropolização. Entretanto, as mobilizações postas, servem de base para as discussões empíricas recentes, a exemplo das definições teóricas da “produção capitalista do espaço” e dos “grandes projetos de investimento” que ensejam a ideia do “direito à cidade”, que viriam a fundamentar nossas análises; e assim por diante.

Em suma, temos como principais resultados de pesquisa:

- Tomando como base o intervalo de análise de seus livros (1930-1995) Wilson Cano buscou entender um contexto histórico-estrutural para compreender a formação econômica de sua época.
- Os elementos utilizados por Wilson Cano para compreender o processo de metropolização dar-se-á primeiro pelo café em São Paulo, ciclo pós-1930 de transição agrário-exportadora para urbano-industrial e surgimento do urbano.
- Somado a isso Cano utiliza as relações de trabalho e sua adequação territorial, dinâmica de migração campo-cidade, tal qual, a gasto do capital de excedente, urbanização intensiva e extensiva e constituição de novas metrópoles.
- Após concluído este entendimento Wilson Cano propõe a construção de uma política nacional de desenvolvimento que integre municípios, estados e regiões em um projeto que seja nacional e não apenas local-global.

E a partir destes resultados podemos concluir que Wilson Cano direciona um modelo de análise histórico-estrutural que ao passo que questiona o modelo de desenvolvimento econômico adotado no limiar do século XIX até a revolução de 1930. Wilson Cano irá apresentar o avanço para um modelo industrial-urbano enquanto sistema econômico com forte subsídio do Estado. E com tudo isso, conseguimos identificar as

bases da “urbanização caótica e neoliberalismo”, entre 1980 e 2002; as “contradições da urbanização caótica”, entre 2003 e 2014; e pôr fim a “urbanização deplorável e agravamento da crise, no período pós-2015.

Referências:

CANO, W. Subsídios para reformulação das políticas de descentralização industrial. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980**, São Paulo, 1, n. 1, 1988. 111-131.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4^a. ed. Campinas: UNICAMP, 1998a.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 2^a. ed. Campinas: UNICAMP, 1998b.

CANO, W. **Seminário ANPUR "Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões"**. Universidade de Campinas. São Paulo. 2001.

CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011a.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Brasil, p. 27-53, 2011b.

CLEMENTINO, M. D. L. Economia regional e a produção do urbano crítico: lições de Wilson Cano. **Economia e Sociedade**, Campinas, 30, 2021. 739-760.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. [S.l.]: [s.n.], 1961.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequencia, 2017.

OLIVEIRA, F. D. **Crítica à razão dualista, O ornitorrinco**. 1^a. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVERA, F. D. **Elegia para uma Re(li)gião**. [S.l.]: [s.n.], 1977.

SANTOS. **Wilson Cano: A questão regional e urbana no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2021.